## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## **PROJETO DE LEI Nº 2.888, DE 2021**

Institui no calendário oficial o mês de julho como "Julho Laranja" para Conscientização da necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de 6 a 12 anos de idade.

Autor: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO

Relatora: Deputada CARLA DICKSON

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.888, de 2021, propõe instituir a campanha "Julho Laranja" para conscientização da população sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de 6 a 12 anos de idade.

A justificativa do projeto se fundamenta na necessidade de acompanhar o desenvolvimento da dentição da criança, para diagnosticar e tratar precocemente alterações ortodônticas.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, despachada à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), para análise do mérito; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise dos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa.

Tramita em regime ordinário (art. 151, III, do RICD).

Não há projetos de lei apensados.



Exemple 1



Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## **II - VOTO DA RELATORA**

Inicialmente, gostaria de parabenizar o nobre Deputado JULIO CESAR RIBEIRO pela apresentação deste projeto de lei de grande importância para a saúde da criança.

Como se sabe, alterações no desenvolvimento da dentição da criança podem causar não apenas problemas estéticos, mas também transtornos na fonação, mastigação ineficiente, dor na articulação têmporo-mandibular, dificuldades de respirar e apneia do sono; além de prejudicar o desenvolvimento dos ossos da face e predispor a sinusites, dentre outros problemas relacionados à saúde.

Cabe ressaltar que alterações ortodônticas são muito mais fáceis de serem corrigidas na infância do que na idade adulta, razão pela qual se deve priorizar as crianças entre 6 e 12 anos de idade.

Assim, dentro do que cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família se manifestar, nos termos do inc. XVII, do art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, entendo que o projeto de lei ora em análise é bastante adequado e possui inegável mérito para saúde da população.

Face ao exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.888, de 2021.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada CARLA DICKSON Relatora

2021-18639